



Um debate sobre os desafios para os movimentos sociais num ano marcado pelos 50 anos do golpe de Estado que instaurou a ditadura militar no Brasil, pela Copa do Mundo e pelas eleições estaduais e federais inaugurou o encontro anual no dia 21 de abril, no Rio de Janeiro. A escolha do local do encontro foi estratégica e expressa lutas hoje centrais para o país. Sede de partidas da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016, o Rio de Janeiro se encontra militarizado e a população mais pobre enfrenta um processo de intensas remoções. Conforme nos conta a ativista Carol Pires, militante de direitos humanos e do movimento de arte-educação nas comunidades, as remoções acontecem seja de maneira direta, com despejos anunciados pelo poder público, remoções forçadas das pessoas de suas casas e destruições das mesmas, seja de forma branca, com o aumento do custo de vida nas favelas ocupadas pelas UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora. Nesses locais, a presença do Estado, que providencia serviços públicos de segurança e energia elétrica, ao invés de fortalecer as comunidades, favorece especulação imobiliária e a expulsão das populações para áreas ainda mais afastadas e de custo acessível.



Há um processo de higienização e de re-expulsão da população pobre de áreas que antes eram consideradas periféricas e hoje são valorizadas. Nesse cenário, os megaeventos são apenas uma desculpa que esconde os reais interesses de quem promove a especulação (sistema financeiro, grandes corporações da área da construção, empresas de segurança privadas, entre outras). Argumentos absurdos como 'dano estético' à cidade são utilizados sem ressalvas nos processos de desalojamento. Muitas famílias vão embora, cedendo às pressões; outras resistem bravamente, lideradas por mulheres que vêm os territórios onde cresceram e constituíram laços comunitários, bem como seus corpos, serem violados em nome de interesses privados.

A contribuição de Marcos Araújo, do MST, trouxe a discussão para o cenário de luta política que se desenvolve no país, acirrada pelo ano eleitoral. No momento em que recordamos 50 anos de golpe militar, vemos novamente um processo de reorganização da elite que, mesmo ainda ditando a economia e, portanto, as regras da política, se acha ameaçada e tenta retomar também o poder político. É com preocupação que os movimentos sociais e organizações da sociedade civil recentemente viram sair às ruas grupos em defesa do autoritarismo ditatorial, contra as liberdades democráticas, com bandeiras conservadoras e de retrocesso. Ao mesmo tempo, o governo eleito democraticamente em composição de classes cede à pressão do poder econômico, o que resulta em poucos avanços de reformas estruturais, como a reforma agrária. Esse cenário exige que as organizações repensem suas estratégias e formas de luta, retomando o horizonte de emancipação da sociedade, o debate sobre outro modelo de desenvolvimento, outra forma de organizar a sociedade que não sob a lógica do capitalismo e da conversão de tudo em mercadoria.



Para enfrentar o assunto, muitos movimentos sociais no Brasil estabeleceram como ação unitária para 2014 a realização de um plebiscito entre o 10 e 7 de setembro em torno à convocação de uma Constituição exclusiva e soberana sobre o sistema político. O objetivo dessa iniciativa é discutir com a população a necessidade de mudar mecanismos de funcionamento da política como, por exemplo, o financiamento privado de campanhas, que favorece a corrupção e determina a imposição de agendas privadas sobre outras de interesse público. Trata-se de avançar no debate de radicalizar a democracia, no sentido de real participação, diálogo com a sociedade e de melhoria dos serviços públicos, agendas fortes que emergiram das mobilizações massivas de junho de 2013.

O debate ainda destacou que o processo de mercantilização da cidade, de tomada de territórios, exploração da natureza, acirramento do controle do corpo das mulheres e de aprofundamento da violência e da militarização com criminalização das lutas e da pobreza, é expressão de uma conjuntura mundial de reestruturação do capital frente à sua crise. Isto exige unidade e articulação entre os movimentos para identificar os atores que promovem essa reestruturação – como as corporações transnacionais - e resgatar valores da solidariedade e do coletivo. Um ponto fundamental nessa luta é a batalha por regular e democratizar os meios

de comunicação de massa, que manipulam a opinião pública para manter as estruturas de poder e reforçar o pensamento conservador.

Baixo o slogan 'Com solidariedade, fortalecendo a luta!', o Encontro Anual do Programa E-changer Brasil/CoMundo vai até o dia 25 de abril e aprofundará o debate sobre o significado da cooperação solidária e as estratégias para seu fortalecimento. O encontro ainda incluirá visitas a comunidades militarizadas e ameaçadas de remoção.